



## **Célula dos Trabalhadores Comunistas da Autarquia de Alcácer do Sal**

### **Sobre a integração dos trabalhadores precários na Administração Pública**

**Na reunião de Câmara de 25/01/2018 o PS não votou a favor da integração dos trabalhadores com vínculo precário** nos quadros da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. A proposta de integração de 24 trabalhadores ficou aprovada na reunião de Câmara **apenas com os votos favoráveis da CDU**.

A afirmação do PS de que a regularização dos vínculos precários representa um aumento de despesa para a Câmara Municipal não corresponde à verdade, já que a Câmara já tinha a despesa do regime de avença desses trabalhadores. **Mas esta postura do PS não é de admirar porque por sua vontade estes trabalhadores seriam precários o resto da vida.**

A integração dos trabalhadores através do programa de regularização dos vínculos precários **não é uma conquista do governo PS, mas sim da justa luta dos trabalhadores e da intervenção do PCP na Assembleia da República**. Também dentro das limitações impostas pelo governo antes da aprovação da lei, o executivo da CDU da Câmara tem vindo a resolver as situações de precariedade deixadas pelo anterior executivo do PS.

Lembramos também que por vontade do PS os trabalhadores não tinham 25 dias de férias, já que votaram contra o Projecto Lei do PCP apresentado na AR para a reposição dos 25 dias de férias que teve o voto contra do PS, PSD e CDS. **Os trabalhadores da Câmara Municipal de Alcácer terão os 25 dias de férias, não graças ao PS, mas porque o executivo da CDU e o STAL assim o acordaram no novo ACEP.**

Mais recentemente, PS, PSD e CDS chumbaram outra proposta do PCP para reposição do pagamento das horas extraordinárias, cortadas em 2012. Estes são apenas alguns exemplos do empenho do PS em não devolver e repor direitos e rendimentos aos trabalhadores.

**A Célula dos Trabalhadores Comunistas da Autarquia de Alcácer do Sal valoriza a luta dos trabalhadores, que juntamente com a intervenção do PCP na Assembleia da República, permitiu a regularização dos vínculos precários da administração pública, dando mais condições e estabilidade aos trabalhadores.**

Alcácer do Sal, 22 de Fevereiro 2018.